



*Aprovada em reunião plenária do CBH-Suaçuí realizada em 05/09/2019*

1

2

### **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-SUAÇUÍ**

3 No dia 07 de junho de 2019, às 09h30, no auditório da Prefeitura Municipal de Governador Valadares  
4 (R. Marechal Floriano, 905 - Centro, Gov. Valadares – MG), reuniram-se os membros do Comitê da  
5 Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí – CBH-Suaçuí, para sua Reunião Ordinária. Dando início aos  
6 trabalhos, o Sr. Fabio Monteiro Cruz, presidente do CBH-Suaçuí, cumprimentou a todos e informou  
7 sobre a existência de quórum para assuntos deliberativos. Na sequência, passou a palavra à vice-  
8 presidente do CBH-Suaçuí, Paloma Galdino, para a realização dos informes. Inicialmente, ela falou  
9 sobre a reunião da CTPLAN, realizada no dia 13/05, em que foi discutida a cláusula 163 do TTAC,  
10 relacionada ao programa de recuperação de nascentes, visando à definição das áreas em que haverá  
11 intervenção na Bacia do Rio Suaçuí para os anos 04,05 e 06. Em seguida, falou sobre a reunião do  
12 Fórum Mineiro de CBHs, destacando os seguintes temas: Regionalização da Política Ambiental;  
13 Arbitragem de conflito de uso de recursos hídricos; Mestrado Profissional em Gestão e Regulação de  
14 Recursos Hídricos; Mudanças na Lei de Saneamento Básico e a Indicação de membros do FMCBH  
15 para composição do Grupo de Trabalho IGAM, destinado à definição de Estratégias para processo de  
16 Outorgas. Além desses temas, ela ressaltou que o principal ponto de discussão foi relacionado à  
17 Modelagem Institucional Ótima do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Estado,  
18 estudo que apresenta as diretrizes de regionalização do Plano Estadual de Recursos Hídricos  
19 (PERH), avaliando sua aplicação, a fim de otimizar as ferramentas e os instrumentos de gestão, além  
20 da atuação dos Comitês de Bacia. No entanto, a proposta vem gerando muita polêmica, sobretudo  
21 devido à possibilidade de fusão de comitês. No caso do Doce a proposta inicial prevê redução de 06  
22 (seis) para 02 (dois) CBHs, sendo que o Suaçuí, provavelmente, se fundiria aos CBHs Caratinga e  
23 Manhuaçu. Porém, considerando a complexidade e as inúmeras questões pelas quais a questão  
24 perpassa, o tema será trabalhado de forma mais aprofundada em um Grupo de Trabalho específico,  
25 que contará com a representação do CBH-Suaçuí. Sobre esse assunto, o Sr. Fábio Cruz destacou  
26 que o assunto precisa ser trabalhado de forma democrática, com ampla participação dos comitês,  
27 pois, a princípio, essa junção de comitês não parece positiva, já que reunirá os comitês que possuem  
28 a menor arrecadação e a maior degradação, além disso, cada região tem a sua peculiaridade e isso  
29 deve ser observado. Finalizando a discussão, a Sra. Lucinha Teixeira, secretária adjunta do CBH,  
30 destacou que a questão consta no processo de revisão do PERH-MG, no entanto a forma de  
31 implementação precisa ser muito bem discutida, para que atinja um resultado satisfatório sem  
32 prejudicar os comitês. Ainda em continuação aos informes, a vice-presidente do CBH-Suaçuí, Paloma  
33 Galdino, relatou sobre o sobrevoo em Resplendor, que ela participou representando o comitê. Ela  
34 mencionou o nível de degradação da área e os sérios problemas de abastecimento registrados na  
35 região, considerando que não há um acordo quanto à retomada da utilização da água do rio Doce,  
36 razão pela qual a cidade, até os dias de hoje, é abastecida com a utilização de caminhões pipa. Na  
37 sequência, foi passado à ata da última reunião do comitê, aprovada ser por unanimidade pelos  
38 conselheiros presentes, sem alterações. Na sequência, foi iniciada a apresentação sobre o do Pacto

*Aprovada em reunião plenária do CBH-Suaçuí realizada em 05/09/2019*

39 das Águas e Integração dos CBHs, sendo que para tal foi convidada a ex-secretária executiva do  
40 CBH-Doce, Joema Alvarenga, que participou de todo o processo e tem ampla experiência no âmbito  
41 dos comitês de bacia. A secretária adjunta do CBH-Suaçuí, Lucinha Teixeira, que também é  
42 presidente do CBH-Doce e acompanhou toda a trajetória, deu suporte à apresentação. Durante a  
43 fala, elas destacaram a importância de levar aos conselheiros o histórico, sobretudo em função da  
44 grande renovação nas plenárias. Na apresentação, elas falaram um pouco sobre a caracterização da  
45 bacia, destacando a complexidade de se trabalhar em um território tão amplo. Em seguida, falaram  
46 sobre a elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH) e seus Planos de Ação,  
47 destacando a complexidade do processo, que envolveu todos os comitês da bacia, em oficinas,  
48 grupos e diversas instâncias, num trabalho democrático e participativo. Elas relataram que à época  
49 do processo havia o foco no Rio Doce e pouco se falava sobre os afluentes, sendo que, justamente  
50 no processo de construção do PIRH/PARH, os comitês estaduais foram trazidos para a discussão. No  
51 início houve bastante tensão, porém, gradativamente, os colegiados compreenderam a necessidade  
52 de um trabalho integrado, entendendo a Bacia do Rio Doce como um território de planejamento e  
53 gestão. A integração, então, passou a ser a base do trabalho, representando, muito mais, do que a  
54 simples junção dos CBHs, incluindo, ainda, os órgãos gestores tanto em nível federal quanto  
55 estadual, cuja colaboração técnica foi fundamental para a construção dos termos de referência que  
56 deram origem à contratação da empresa responsável pela elaboração do plano. Na sequência, elas  
57 falaram brevemente sobre o Pacto das Águas, firmado, em 2010, junto aos governadores de Minas  
58 Gerais e do Espírito Santo, visando oficializar a articulação e a integração da gestão dos recursos  
59 hídricos da bacia hidrográfica do rio Doce. Foi explicado que tal pacto não está mais vigente, porém,  
60 agora, a proposta é retomar a discussão sobre as metas que estavam previstas no PAP, porém não  
61 foram cumpridas. Em seguida, foi apresentada o Plano de Aplicação Plurianual, destacando os  
62 recursos alocados no CBH-Suaçuí, bem como explicando aos conselheiros a dinâmica da distribuição  
63 do recurso federal, que é partilhado entre os CBHs de rios afluentes, num processo de intensa  
64 negociação, que envolve uma série de critérios. No caso do Suaçuí, considerando que a arrecadação  
65 estadual é pequena, o recurso federal é de extrema importância tendo sido, por exemplo,  
66 fundamental para viabilizar a elaboração dos Planos de Saneamento Básico a todos os municípios da  
67 Bacia que ainda não tinham o documento e também não dispunham de recursos para a elaboração.  
68 Diante disso, foi reforçada a importância de que haja conselheiros do Suaçuí também no plenário do  
69 CBH-Doce e informado aos conselheiros quais são os representantes que atuam em ambos os  
70 CBHs. Ao final, foi enfatizada a importância de que todos conheçam a história do comitê e  
71 compreendam a importância do processo de integração para a viabilização dos programas, fato que  
72 não interfere, contudo, na autonomia de cada comitê. Finalizada a apresentação, o presidente do  
73 comitê agradeceu à Sra. Joema pelo relato, mencionando a importância de uma representação  
74 efetiva dos conselheiros no CBH-Suaçuí, que não deve se restringir à participação nas reuniões,  
75 sobretudo no momento atual em que os comitês estão se preparando para a revisão do PIRH.  
76 Prosseguindo, a analista de programas e projetos do IBIO, Luciana Silva, falou sobre o andamento do

*Aprovada em reunião plenária do CBH-Suaçuí realizada em 05/09/2019*

77 Programa Rio Vivo na Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí. Em sua apresentação, ela fez um breve  
78 relato sobre o escopo do programa e explicou o processo percorrido para a definição de áreas  
79 prioritárias a partir do mapa de vulnerabilidade e demais critérios pré-estabelecidos. No caso do  
80 Suaçuí, como relatado pela técnica, foram contemplados 09 municípios, sendo que a iniciativa irá  
81 beneficiar, ao todo, até 540 imóveis rurais. Em relação às fases, ela explicou que, inicialmente, foi  
82 lançado o edital de chamamento e, na sequência, realizada a licitação para a contratação da empresa  
83 responsável pela realização dos diagnósticos, que correspondem à primeira etapa do Programa. Em  
84 seguida, ela falou brevemente sobre os produtos previstos nessa etapa e o status de  
85 desenvolvimento de cada um deles, bem como explicou sobre a montagem e o funcionamento das  
86 Unidades Gestoras de Projetos (UGPs), cujo trabalho é essencial para o bom desenvolvimento do  
87 programa. Finalizando, ela relatou que até o momento já foram entregues 288 diagnósticos, e  
88 confirmada a adesão de 459 proprietários. Após a finalização dos diagnósticos, será iniciado o  
89 processo para a contratação da empresa que será responsável pela execução, no entanto, ainda não  
90 há uma previsão concreta para o início dessa etapa. Em relação aos valores disponíveis, ela explicou  
91 que para executar tudo o que foi previsto no diagnóstico seria necessário um montante de  
92 aproximadamente 12 milhões de reais, porém, de acordo com o PAP, o comitê dispõe de 70% desse  
93 valor. Ou seja, para garantir a execução total será necessário buscar outras fontes de recurso, além  
94 daqueles oriundos da cobrança pelo uso da água. Finalizado este ponto de pauta, foi passada à  
95 apresentação da Fundação Renova referente à Recuperação das Nascentes dos anos 4, 5 e 6 na  
96 Bacia do Rio Suaçuí. Introduzindo a questão, a secretária adjunta do CBH-Suaçuí, Lucinha Teixeira,  
97 fez um resgate sobre o árduo processo de articulação para a inserção dos Comitês da Bacia do Rio  
98 Doce no contexto das articulações e no âmbito das instâncias responsáveis pelas ações de  
99 recuperação da Bacia após o rompimento da barragem de Fundão. Atualmente, o CBH-Doce está  
100 inserido no CIF e em diversas CTs, sendo que o processo de articulação segue intenso, sobretudo  
101 para evitar a sobreposição de ações, visando à otimização dos recursos, bem como a ampliação da  
102 capacidade de restauração. Dando sequência, o representante da Fundação Renova, Rafael  
103 Pompermayer, falou sobre as Cláusulas 161 e 163 do TTAC, que correspondem aos Programas de  
104 Restauração Florestal e Recuperação de Nascentes. Ele explicou que, no âmbito do programa de  
105 nascentes, compete ao CBH-Doce e indicação das áreas para a recuperação, sendo que das 5.000  
106 nascentes 1.428 estão na área do Suaçuí. Além disso, explicou que apesar de a deliberação ser de  
107 competência do CBH-Doce, todo o processo é feito em articulação com os comitês em cuja área será  
108 realizada a intervenção. Porém, a definição dessas nascentes não poderia ser feita de forma  
109 aleatória, razão pela qual houve um amplo processo de discussão, embasado por uma Nota Técnica,  
110 referendada no âmbito do CBH e do Comitê Interfederativo (CIF). No caso do programa de  
111 restauração florestal, o trabalho teve como base um estudo de priorização, elaborado pela UFV e  
112 UFMG, e, apesar de a indicação das áreas não estar condicionada à deliberação do comitê, a  
113 proposta é que haja convergência entre os programas. Em seguida, a presidente da CTPLAN,  
114 Paloma Galdino fez a apresentação do parecer da câmara técnica sobre o tema, explicando que

*Aprovada em reunião plenária do CBH-Suaçuí realizada em 05/09/2019*

115 houve uma alteração na proposta inicial, visando à inclusão do município de Galileia. Por fim, foi  
116 sugerida a seguinte distribuição: 450 nascentes na Bacia do Corrente Grande; 95 nascentes da Bacia  
117 do Rio Itambacuri; 95 nascentes na Bacia do Eme; 40 nascentes no município de Galileia. A proposta  
118 apresentada pela CTPLAN foi aprovada por unanimidade, sendo que será encaminhado ofício ao  
119 CBH-Doce contendo a respectiva recomendação. Finalizando a discussão, a Sra. Gabriela Pereira,  
120 da WWF, que trabalha em conjunto com a Fundação Renova, falou sobre a criação das Unidades e  
121 Acompanhamento Local nas unidades de gestão em que os programas estão ocorrendo. Segundo  
122 ela, as UALs terão um papel de extrema relevância, sobretudo no processo de mobilização dos  
123 proprietários. Em resposta, a presidente da CTPLAN informou que a UAL do Suaçuí já está  
124 devidamente composta. Dando continuidade à pauta, foi passada à apresentação sobre o Projeto  
125 PRO-URGAS no Leste de Minas Gerais. Na explicação sobre o programa, o presidente do CBH em  
126 apresentação em conjunto com a analista do IBIO, Juliana Vilela, destacou a necessidade de efetivar  
127 a ação, considerando o passivo de outorgas acumulado no estado de Minas Gerais, cujo montante de  
128 processos com análise pendente ultrapassa 1800 outorgas. Diante desse cenário, buscando uma  
129 alternativa para sanar a questão, o MPMG propôs, em articulação com a SEMAD, o IGAM, o IBIO e  
130 os CBHs da porção mineira da Bacia do Rio Doce, o Projeto PRO-URGAS, que consiste em  
131 estruturar a unidade regional (URGA LM) situada em Governador Valadares-MG e fornecer suporte  
132 de estagiários, a fim de dar celeridade às análises em atraso. Essa unidade não abrange toda a  
133 bacia, porém a proposta é contemplar todas as outorgas vinculadas ao Doce, mesmo que,  
134 atualmente, estejam sob outra jurisdição, a fim de beneficiar a totalidade do território. Nesse sentido,  
135 o IBIO se colocou à disposição para ajudar na estruturação física, cedendo ao IGAM o mobiliário que  
136 não está mais em uso, considerando o encerramento das atividades da sede do Rio de Janeiro. A  
137 outra contrapartida será o fornecimento de estagiários, custeados com recursos de investimento  
138 (92,5%) da cobrança pelo uso da água, alocados no Programa de Cadastramento de Usuários (P  
139 61.1), no valor máximo de R\$ 86 mil, para um período de 02 (dois) anos. Essa despesa será rateada,  
140 conforme metodologia definida em plano de trabalho, entre os 06 (seis) comitês mineiros  
141 pertencentes à Bacia do Rio Doce e terá como finalidade custear as despesas referentes a 06 (seis)  
142 estagiários – 04 da área de engenharia e 02 da área de direito - que irão trabalhar na sede da URGA,  
143 dando suporte à equipe de profissionais do Estado. Para que o processo prossiga, no entanto,  
144 considerando que estão envolvidos recursos dos CBHs, é necessária a anuência de todos os  
145 comitês, sem a qual o termo assinado perde a validade. No entanto, devido aos prazos, foi  
146 necessária uma deliberação *ad referendum*, sendo que, agora, o documento será colocado em  
147 votação pelos conselheiros. Após a explanação, os membros do comitê aprovaram o projeto por  
148 unanimidade, sendo a referida DN ratificada e referendada. Prossequindo, foi passada à  
149 apresentação e deliberação do orçamento de custeio do IBIO (7,5%), com recursos IGAM, para o  
150 exercício de 2019. Para tanto, foi convidado o analista financeiro do IBIO, Miqueias Calebe Donde.  
151 Iniciando a apresentação, ele explicou que a aprovação do orçamento da parcela de custeio estadual  
152 nos CBHs é uma exigência prevista no Contrato de Gestão firmado entre o IBIO e o IGAM. Em sua

*Aprovada em reunião plenária do CBH-Suaçuí realizada em 05/09/2019*

153 fala, ele apresentou os valores disponíveis e a alocação prevista para os mesmos, ressaltando que a  
154 realidade orçamentária precisou ser adequada ao recurso arrecadado com a cobrança pelo uso da  
155 água, considerando a interrupção do repasse de recursos adicionais, que era feito anualmente pela  
156 ANA, a fim de auxiliar o funcionamento e a estruturação da agência. Ele ressaltou que os valores a  
157 serem aprovados referem-se, exclusivamente, à parcela dos recursos arrecadados com a cobrança  
158 estadual (MG), que correspondem a aproximadamente 65% da arrecadação total. O restante do  
159 recurso disponível refere-se à cobrança em âmbito federal. Ele informou, ainda, que os valores cujo  
160 repasse está condicionado à aprovação do orçamento correspondem às seguintes parcelas: 4º  
161 trimestre de 2018; 1º, 2º e 3º trimestres de 2019. Além disso, explicou que não está incluída a parcela  
162 de 92,5%, cujo repasse não está vinculado à aprovação no âmbito dos CBHs. Após a apresentação,  
163 a proposta foi aprovada pelo plenário do comitê. Finalizando, o presidente do CBH informou que  
164 estava prevista uma apresentação sobre a qualidade da água na Bacia, no entanto, o IGAM, que  
165 havia confirmado a presença da reunião para fazer a apresentação informou, já após o envio da  
166 convocatória, que não seria mais possível participar da atividade, em função de choque de agenda. O  
167 comitê insistiu, considerando a importância de que a plenária esteja ciente e atualizada quanto às  
168 informações, no entanto, o órgão gestor não enviou nenhum representante à reunião para tratar do  
169 tema. Nesse sentido, a fim de retomar essa pauta, ficou definido que, para a próxima reunião, o  
170 convite será novamente encaminhado, a fim de viabilizar a presença do IGAM. Finalizados todos os  
171 assuntos em pauta, a reunião foi encerrada às 13h00.

172 Assina esta ata:

173



174

175

176

**FÁBIO MONTEIRO CRUZ**  
Presidente do CBH-Suaçuí